

Os imperialismos europeus e o impacto econômico das guerras globais do século XX

European imperialisms and the economic impact of the 20th century global wars

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 1, jan./jun. 2015, p. 12-32
ISSN 2358-3932

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA*

“¿ Non v'è più bellezza se non nella lotta. (...) Noi vogliamo glorificare la guerra – sola igiene del mondo – il militarismo, il patriottismo, il gesto distruttore dei libertari, le belle idee per cui si muore...”

Filippo Marinetti: Manifesto del Futurismo, 05/02/1909

1. INTRODUÇÃO

A despeito do que o poeta Marinetti pudesse pensar sobre a função *higiênica* das guerras, elas sempre foram empreendimentos humanos economicamente custosos e terrivelmente destruidores. Elas consomem recursos imensos dos países, dos cidadãos, tanto preventivamente, em termos de gastos com homens e equipamentos de defesa que permanecem, na maior parte dos casos, inativos ou dormentes, quanto ativamente, em eventuais operações ofensivas e defensivas contra Estados vizinhos ou em cenários distantes, mas também pelos seus impactos econômicos sobre todo o sistema produtivo e o tecido social. Os custos das grandes guerras, em conflitos de ampla escala territorial, são incomensuráveis, não apenas com respeito às vidas humanas e as perdas materiais imediatas, mas também pelo chamado custo-oportunidade, ou seja, em lugar de seu uso na criação de novas riquezas, recursos escassos são *investidos* em instrumentos destinados a finalidades puramente destrutivas, voltadas exclusivamente para a eliminação de vidas e a destruição do patrimônio físico dos adversários.

* Diplomata de carreira e professor do Centro Universitário de Brasília (Uniceub). E-mail: pralmeida@me.com.

A modernização tecnológica, no terreno militar, atua em sentido contrário ao da evolução da produtividade – industrial ou agrícola – aplicada à oferta de bens correntes; nesta, ela inevitavelmente torna mais baratos todos os produtos de consumo, inclusive os bens duráveis mais sofisticados. A despeito da inflação, que mascara o valor real dos produtos, ela beneficia todos aqueles aos quais possam ser aplicadas economias de escala e ganhos de produtividade carreados pela introdução de novas tecnologias. Os mesmos princípios não se aplicam, entretanto, aos gastos militares, a despeito do fato, bem conhecido, que ameaças militares ou conflitos efetivos tendem a estimular e a acelerar inovações e o desenvolvimento tecnológico em áreas cruciais, e a aprimorar determinados processos produtivos, que sempre terão efeitos de disseminação (*spill-over*) pela indústria civil. Gastos militares, contudo, tendem a se elevar de maneira contínua, em vista não apenas da acumulação quantitativa de meios bélicos e de equipamentos defensivos, mas também do encarecimento relativo e absoluto dos novos instrumentos colocados à disposição do pessoal militar, e tanto para consumo imediato (em exercícios de treinamento e operações afins, como manobras e simulações de combate), quanto para o seu uso efetivo na hipótese de engajamento direto em conflito.

2. A PREEMINÊNCIA ECONÔMICA E MILITAR EUROPEIA DO FINAL DO SÉCULO XIX

Na era moderna, a supremacia mundial adquirida pelos países europeus sobre todas as demais regiões do mundo foi baseada fundamentalmente em avanços feitos nos campos científico e tecnológico, com inovações aplicadas sobretudo em meios militares de conquista e de dominação. O próprio cenário político existente no continente desde o final do império romano ofereceu *oportunidades* variadas de *melhorias* qualitativas nas técnicas militares, ou impôs, mais concretamente, uma maior e melhor qualificação nessa área, uma vez que chefes locais e mesmo aspirantes à preeminência regional engajavam frequentes combates com seus oponentes políticos.

O mosaico de povos e de soberanias – e de religiões – existente na Europa medieval e moderna foi o teatro de desafios quase constantes entre Estados rivais, desde a constituição dos modernos Estados nacionais, até os impérios expansionistas e militarizados da era contemporânea. Na era das monarquias absolutas e, de certo modo, até as guerras de movimento,

com os grandes deslocamentos de tropas, com base em exércitos nacionais, típicos da era napoleônica, muitos conflitos permaneciam limitados e locais, com a mobilização eventual de exércitos não permanentes (até pouco depois do Renascimento, principados italianos recorriam inclusive a mercenários); o poder de fogo e de destruição eram relativamente moderados, envolvendo fortificações e tropas do adversário, com efeitos sobre as populações civis envolvidas nos teatros de operação.

O cenário mudou com o nacionalismo emergente e a conscrição obrigatória, quando a escala dos conflitos, e a das destruições, conheceram notável expansão. Banqueiros, como aliás já faziam anteriormente, passaram a financiar os soberanos ou Estados que se dedicassem a esses empreendimentos custosos, alguns até obtendo parte de sua fortuna com o financiamento de tais operações extra-orçamentárias. Os tesouros nacionais se reorganizaram inclusive porque a dívida pública tendeu a crescer acima da capacidade de financiamento dos instrumentos fiscais em uso. A primeira consequência da guerra é o aumento dos impostos; a segunda, o da dívida pública; em ambos os casos e em qualquer hipótese, a inflação vem junto.

Depois de encerrados os conflitos napoleônicos, a Europa viveu quase cem anos sem praticamente conflito algum, a não ser a distante guerra da Criméia e os conflitos localizados nos Bálcãs. Os processos de unificação da Alemanha e da Itália, na segunda metade do século XIX, envolveram por certo guerras limitadas no próprio continente, mas a atenção das grandes potências passou a voltar-se crescentemente para velhos impérios e novas terras incógnitas, na África e na Ásia, com a mobilização concomitante de meios militares de conquista e de colonização. A *diplomacia da canhoneira*, ou o seu uso efetivo, contra a China, por exemplo, nas guerras do ópio, e até contra a Venezuela, no início do século XX, por simples questão de dívidas não pagas, demonstra o quanto a coerção militar – e os meios e ameaças nesse sentido – secundavam a diplomacia de aço de alguns Estados cientes de seu poderio contra *clientes* recalcitrantes ou não cooperativos. Esse era o *imperialismo* europeu em todo o seu esplendor militarista, o que não tardaria a repercutir, igualmente, no novo poder em ascensão, os EUA.

3. OS IMPERIALISMOS EUROPEUS DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

No final do século XIX, o mundo e as relações internacionais estavam passando por mudanças significativas, ao mesmo tempo em que a Europa

ocidental continuava a confirmar sua preeminência sobre praticamente todas as regiões do mundo já integradas à economia mundial e buscava ainda ampliar esses controles territoriais por meio de novas aventuras coloniais, numa competição que podia ser mais motivada por prestígio do que exatamente por retornos econômicos bem avaliados. Alguns historiadores, aliás, arriscam dizer que a colonização moderna foi, de fato, um mau negócio para a maior parte das potências imperiais (Marseille, 1984). Esse processo tinha começado quatro ou cinco séculos antes, com as grandes navegações e o expansionismo dos primeiros Estados nacionais da era moderna, mas conheceu novo impulso a partir da conferência de Berlim, em 1884, que tentou estabelecer um *acordo de cavalheiros* entre velhas e novas potências coloniais quanto às regras que poderiam presidir à ocupação e posse das últimas terras incógnitas na África.

A própria Europa estava ainda finalizando o seu mosaico de países e de novos candidatos ao emergente *equilíbrio de poderes*, que estava sendo desenhado a partir da ascensão econômica e militar de nações dinâmicas nessas vertentes. A unificação alemã, iniciada numa guerra contra um vizinho do sul (a Áustria) e consolidada em outra contra um vizinho a oeste (França), em 1870, e a constituição do Estado italiano contemporâneo, sobre as divisões anteriores da península, em torno da mesma data, criaram aquilo que historiadores chamam de sistema europeu de balanço de potências.

No período bismarckiano, até 1890, “as relações internacionais europeias eram predominantemente continentais, em sua natureza.” (Langer, 1972: vii). Depois, com a queda do chanceler alemão, teve início uma nova era da diplomacia europeia, caracterizada por uma balança de poder no continente.

Com dois grupos de potências relativamente equivalentes, as velhas questões europeias foram levadas a um impasse. Esse fato, combinado à crescente pressão econômica e a competição ampliada por mercados, estimulou e facilitou a explosão da expansão ultramarina, a que chamamos de imperialismo. Os interesses e a energia da maior parte das grandes potências estavam devotados a problemas que tocavam nos extremos da Terra. (Langer, 1972: vii).

De fato, “a ordem internacional estava essencialmente definida como um jogo entre as potências europeias.” (Iriye, 1998: 229). Mas,

nos últimos anos do século XIX, o imperialismo tornou-se mais dramático – e mais perigoso – quando os alemães, os belgas e os italianos desafiaram os velhos competidores da corrida por territó-

rio, mais destacadamente no que ficou conhecido como a “disputa pela África”. No final mesmo do século, os americanos, tendo completado a conquista de terras a oeste e a sudoeste dos territórios originais, assumiram controle de amplos segmentos do velho império espanhol, nas Filipinas e no Caribe (Embree, 1998: 148).

Se o foco das relações internacionais tivesse continuado a ser a Europa, o Reino Unido poderia ser o ponto de equilíbrio entre os dois grupos rivais do equilíbrio europeu; como os objetos em disputa passaram a ser diversas regiões do globo, a própria extensão das conquistas coloniais da Inglaterra vitoriana passou ser contestada por outras potências europeias.

Os grandes problemas imperiais nessa época se referiam-se bem mais a questões de conquista e absorção de territórios africanos ainda desconhecidos dos europeus e de envolvimento nos impérios e regiões asiáticas do que propriamente a América Latina, já consolidada em Estados nacionais e basicamente dedicada ao fornecimento de matérias primas aos países europeus e aos Estados Unidos. A Grã-Bretanha, nação imperial por excelência, dominava então quase a metade do mundo conhecido, e continuava sua expansão naquelas duas regiões, à base de canhoneiras, mas apoiando-se basicamente na sua grande força econômica e comercial conquistada um século antes, como nação pioneira na revolução industrial.

Os demais países europeus passaram a acreditar que a Grã-Bretanha tinha se tornado poderosa em função de suas possessões coloniais, o que era no mínimo equivocado no plano de uma estritamente contabilidade: seus grandes parceiros comerciais, durante a maior parte do período, continuavam a ser os outros países avançados. Em todo caso, os demais países se lançaram igualmente à conquista do mundo e até os socialistas franceses se tornaram colonialistas exemplares. Com a exceção da América Latina – onde subsistiam porém algumas pequenas colônias europeias – todo o resto do mundo foi dividido entre os expansionistas europeus, seja sob a forma de colônias diretas ou indiretas, seja como zonas de influência, onde cônsules europeus tinham quase tanto poder quanto os antigos cônsules da Roma imperial sobre províncias conquistadas por suas legiões.

A tabela abaixo evidencia o peso dos impérios sobre territórios e populações do mundo, em 1914. O Império britânico e o império colonial francês dividiam a maior parte dos novos territórios colonizados depois que Portugal e Espanha tinham dado a partida ao processo alguns séculos antes.

Domínios coloniais e semicoloniais em 1914				
Estatuto do território	Território		População	
	milhões km²	% do mundo	milhões hab.	% do mundo
Colônias	75	55,3	568	33,7
Reino Unido	34	25,1	394	23,4
França	11	8,1	51	3,0
Alemanha, EUA, Japão	3	2,2	45	2,7
Outras colônias	27	19,9	78	4,6
Países semicoloniais	28	20,7	362	21,5
Total	103	76,0	930	55,2
Fonte: Gauthier (1995: 32), com base em: Droz, Bernard; Rowley, Anthony. (1986) <i>Histoire générale du XXe siècle</i> . Paris: Seuil. I: <i>Déclins européens</i> .				

Cabe observar que a Ásia estava colonizada em cerca de 56% de seu território e a África em praticamente 90% de sua superfície, principalmente por ingleses e franceses (com outros territórios controlados por Portugal, Espanha e Bélgica). Esse movimento de ocupação e dominação sobre territórios e populações não *civilizadas* correspondia, obviamente, ao reforço do poderio econômico (e militar) de todas as grandes potências, inclusive de emergentes, como a Alemanha e o Japão. Já a partir do último terço do século XIX, a Alemanha tornou-se a grande competidora da Grã-Bretanha no terreno econômico e industrial, mas, no final do século, os Estados Unidos superavam ambas como a grande potência econômica emergente. Tanto a Alemanha quanto os EUA mantinham políticas comerciais bem mais protecionistas do que a liberal Grã-Bretanha, que só retornou ao protecionismo comercial no entre guerras, quando os ciclos depressivos levaram quase todos os países a proteger os mercados internos e a tentar proteger suas indústrias.

De fato, o principal arquiteto francês do colonialismo e do expansionismo imperial, o socialista Jules Ferry, justificava economicamente a expansão do seu país pela necessidade de mercados, já que Alemanha e Estados Unidos se fechavam no protecionismo. Politicamente, ele a legitimava pela missão civilizadora, inclusive de combate ao tráfico escravo, que continuava a vigorar na segunda metade do século XIX (Gauthier, 1995: 33). Havia também, para os grandes países europeus, o prestígio político e o orgulho patriótico vinculados ao fato de possuir possessões ultramarinas; tanto é assim, que tanto a Alemanha, quanto a Itália, membros tardios do clube de colonizadores, se esforçaram para conquistar territórios africanos ainda não devassados pelos europeus, alguns até dispendo de governos conhecidos (caso da Etiópia, que infligiu uma derrota humilhante à Itália).

Na conferência de Berlim sobre a partilha da África, em 1884, Bismarck e os outros europeus concordaram em que qualquer potência que se apossasse de um pedaço da costa poderia recuar sua soberania absoluta ao interior do território até encontrar uma zona de influência de outra potência europeia (ou civilizada). Todas essas iniciativas supunham recursos financeiros e meios militares, já acumuladas pelas velhas potências europeias e em fase de constituição pelos poderes emergentes, como a Alemanha, a Itália e o Japão. Mas as pretensões alemãs a talhar para si um novo império ultramarino, com o que tinha sobrado dos avanços das velhas potências coloniais, foram definitivamente encerradas depois de sua derrota na primeira guerra mundial, quando suas colônias passaram sob a tutela da Liga das Nações, de fato administradas, na maior parte dos casos, pela Grã-Bretanha, França e Bélgica (Ruanda e Burundi, por exemplo).

No terreno das ideias, a certeza da missão civilizadora imperial era aceita por todos os líderes políticos dos países avançados, comprometidos em levar as concepções europeias aos lugares mais distantes da África e da Ásia, assumindo assim o “fardo do Homem Branco”, tal como expresso numa fórmula conhecida do famoso poeta inglês (e colonialista convencido) Rudyard Kipling. O tema principal das relações internacionais nesse período se tornou, dessa maneira, o conflito entre os imperialismos rivais, ainda que os impérios centrais, que precipitaram o continente europeu no mais dramático e extenso conflito militar em um século, exibissem padrões de comportamento mais próximos do Antigo Regime, segundo Arno Meyer (1981), do que propriamente de competidores industriais capitalistas, como pretendiam os marxistas. Os americanos, de seu lado, alimentavam a retórica do *destino manifesto*, logo materializado, na prática, pelos cavaleiros de Theodore Roosevelt – que lutaram em Cuba contra a dominação espanhola – e justificado politicamente, quando ele se tornou presidente, pelo chamado *corolário Roosevelt*, uma extensão mais agressiva da famosa doutrina Monroe (1823).

Junto com o nacionalismo, a outra grande força impulsora das identidades nacionais na Europa do século XIX, o imperialismo estaria no centro dos dois grandes conflitos mundiais que, justamente, retiraram a Europa do comando dos assuntos do mundo; ambos precipitaram a emergência dos movimentos anticolonialistas que iriam, na segunda metade do século XX, terminar de erodir por completo o cenário geopolítico dominado durante mais de quatro séculos pelas grandes potências europeias. Com efeito, se antes da primeira guerra mundial se podia dizer que vigorava na Europa um real equilíbrio de poderes, com duas coalizões relativamente equivalentes em

termos de poder econômico e militar – as nações aliadas e os poderes centrais – a situação viria a mudar completamente ao final da Grande Guerra. Uma única grande potência emergia quase discretamente ao final da guerra, e mesmo a Grã-Bretanha, vitoriosa na guerra em grande parte devido ao poderio de seu império, passou a ser confrontada “com o fato penoso de que os Estados Unidos eram um poder como nenhum outro. Ele tinha ascendido, quase repentinamente, como uma nova espécie de ‘super Estado’, exercendo um poder de veto sobre as preocupações financeiras e de segurança dos maiores Estados do mundo” (Tooze, 2014: 6).

Foi ao final da Grande Guerra que começou a se delinear a *Pax Americana*, tal como ficou conhecida no decorrer do século XX e que ainda define o mundo atual. Foi nessa época, junto com a mensagem wilsoniana de autodeterminação dos povos e a pretensão paralela de tornar o mundo seguro para a democracia, que teve início o “impulso dos EUA em direção da ‘hegemonia mundial’, com a sua ética internacionalista da paz, do progresso e do lucro” (Tooze, 2014: 9). Foi também uma fase da história mundial, provavelmente uma entre várias outras, na qual o poder determinou o direito, a força fez a lei (*Might make Right*), neste caso especificamente o poder do dinheiro e da musculatura econômica.

O novo equilíbrio de poderes, não mais determinado exclusivamente pelo antigo balanço europeu de potências, que vigorou grosso modo entre 1890 e 1918, passou a ser expressa pela seguinte fórmula, saída da conferência naval de Washington, realizada em novembro de 1921, na capital do novo império em ascensão: 10:10:6:3:3. Ela traduzia o poder de fogo naval que, teoricamente, cada um dos novos poderes estaria autorizado a manter: um fator de dez para os EUA e o Império britânico, seis para o Japão, a nova potência que deveria policiar o Pacífico em entendimentos com as potências ocidentais, e três para cada uma das potências *menores*, França e Itália. Os EUA nem possuíam, nessa época, canhoneiras em número suficiente para preencher a sua *cota* autorizada, mas o número já indicava o potencial que seria alcançado quando assim o desejassem. Alemanha e Rússia sequer foram convidadas à conferência, a primeira por ter sido derrotada, justamente, e representar o perigo a ser novamente evitado, a segunda por simplesmente ser um Estado pária, em torno do qual deveria ser estendido um *cordão sanitário* para evitar qualquer contaminação subversiva para os países capitalistas.

4. O IMPACTO ECONÔMICO DOS CONFLITOS GLOBAIS DO SÉCULO XX

Os gastos com defesa e equipamentos militares se tornaram cada vez mais importantes nos orçamentos nacionais. Como indica um historiador, depois de 1870, “o serviço militar universal se tornou estabelecido em todo o continente” europeu, depois que ele se mostrou decisivo nas vitórias alemãs de 1866 (contra a Áustria) e de 1870 (contra a França). “Numa rápida sucessão, o serviço militar obrigatório foi adotado pela Áustria em 1868, pela França em 1872, pelo Japão em 1873, pela Rússia em 1874 e pela Itália em 1875. Em 1900 o sistema estava estabelecido em quase todos os países, à exceção da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos” (Hale, 1971: 21-22). O mesmo autor apresenta a rápida progressão dos orçamentos militares entre 1890 e 1914, em termos de despesas por habitantes em relação ao PIB, evidenciando a duplicação dos gastos *per capita*, como refletido na tabela abaixo. Os valores correntes (expressos com o símbolo \$), constantes da fonte original, isto é, não corrigidos, foram mais do que duplicados para quase todos os países, sendo que, no caso da Alemanha, o aumento dos gastos, mais do que triplicados, dá uma ideia do esforço dispendido pelo Segundo Reich para equiparar-se ao poderio militar do Império britânico. Os valores corrigidos para 2013 (\$\$), pelo PIB *per capita*¹, indicam uma equivalência relativa entre as três grandes potências europeias num nível que representa o dobro, ou o triplo, dos gastos militares per capita dos demais países que também se envolveram na Grande Guerra.

Valores <i>per capita</i> dos gastos militares (inclusive navais), 1870-1914						
<i>(em dólares correntes, \$, e em dólares de 2013, \$\$, corrigidos pelo PIB nominal <i>per capita</i>)</i>						
	1870		1890		1914	
	\$	\$\$	\$	\$\$	\$	\$\$
Império britânico	3,74	1.010	4,03	885	8,53	1.220
Alemanha	1,33	360	2,95	647	8,52	1.210
França	3,03	820	4,87	897	7,33	1.050
Áustria-Hungria	1,16	314	1,56	342	3,48	496
Rússia	1,34	363	1,32	290	2,58	368
Itália	1,44	390	2,63	577	3,81	543
Estados Unidos	1,98	536	1,06	233	3,20	456

Fonte: Hale (1971: 22), com base em Wright, Quincy. (1942) *A Study of War*. 2 vols., Chicago, I: 670-71.

Registre-se que os gastos por habitantes das três principais potências europeias eram relativamente equivalentes, mas cabe igualmente a observação de que, um século, ou mais, atrás, os níveis de renda *per capita* em

todos esses países eram modestos, em comparação com o que se observou posteriormente, tanto em termos de renda quanto de gastos militares. O mesmo historiador indica que a proporção do PIB devotada a gastos militares pelos poderes europeus entre 1900 e 1914 equivalia a um valor total próximo de 5% do PIB, comparativamente, por exemplo, ao ano de 1937, quando a parte dessas despesas na renda nacional chegou a alcançar 10% do total (Hale, 1971: 22).

Cálculos mais precisos em termos de gastos militares, ou de preparação para a guerra, realizados pelo professor da Universidade de Yale Adam Tooze, historiador com especializações em economia e em história econômica, dão uma imagem bem mais dramática da escalada de gastos realizados pelos principais beligerantes na ausência de qualquer conflito, ou seja, unicamente de forma preventiva, ou, do lado dos agressores, já na expectativa das operações de guerra que pretendiam manter. Ele diz que não se pode comparar a corrida armamentista feita nos anos imediatamente anteriores à Segunda Guerra pela Alemanha, pelo Japão e pela União Soviética, com a competição naval ocorrida entre Alemanha e Grã-Bretanha no período anterior à Grande Guerra.

De fato, os esforços de rearmamento dos anos 1930 do Japão e da Alemanha nazista era, assim como os da União Soviética de Stalin, não podiam ser comparados a nada do que se tinha visto nos trezentos anos de história do militarismo moderno. Em termos de fração da renda nacional, em torno de 1938 a Alemanha nazista estava gastando cinco vezes o que a Alemanha imperial tinha gasto na sua corrida armamentista com a Grã-Bretanha eduardiana, e o PIB sob o comando de Hitler em 1939 era 60 vezes maior do que aquele disponível para o Kaiser. Em preços constantes, os recursos abundantemente entregues à Wehrmacht no final dos anos 1930 eram, pelo menos, sete vezes maiores do que aqueles recebidos pelos militares alemães em 1913 (Tooze, 2014: 513).

O mesmo historiador compôs uma tabela comparativa mostrando precisamente a escalada dos gastos militares nos anos que antecederam cada um dos dois grandes conflitos globais do século XX.

Despesas militares antes da Grande Guerra comparadas com os anos 1950							
Países Beligerantes	Antes da I GM		Antes da II Guerra Mundial				
	1870- 1913	1913	1930	1932	1934	1936	1938
Gastos militares como % PIB							
Potências liberais, defensoras do status quo							
Estados Unidos	0,7	0,9	0,9	1,4	1,1	1,4	1,4
França	3,0	4,2	4,6	4,9	4,8	5,9	6,8
Grã-Bretanha	2,6	3,0	2,5	2,4	2,5	3,5	6,5
Média ponderada	1,7	2,0	1,8	3,1	3,5	4,4	9,4
Potências militaristas, desafiadoras do status quo							
Japão	5,05	5,0	5,0	5,2	5,6	5,6	25,0
Rússia/URSS	3,9	4,2	2,3	8,2	5,4	7,8	10,7
Alemanha	2,6	3,8	0,9	1,1	4,7	10,5	14,6
Média ponderada	3,5	3,9	4,1	8,3	10,8	14,6	19,6
Nível absoluto dos gastos militares relativamente ao nível de 1913 (= 100)							
Potências liberais, defensoras do status quo							
Estados Unidos	50	100	117	240	197	240	259
França	58	100	35	144	149	182	225
Grã-Bretanha	72	100	84	101	109	155	290
Média ponderada	61	100	110	153	146	187	259
Potências militaristas, desafiadoras do status quo							
Japão	72	100	119	229	258	275	1.308
Rússia/URSS	61	100	62	304	220	324	472
Alemanha	53	100	27	42	191	459	698
Média ponderada	60	100	59	194	216	366	697

Fonte: Tooze (2014: 514).

5. CUSTOS DOS DOIS CONFLITOS GLOBAIS DO SÉCULO XX

Estas eram, no entanto, as despesas *normais* dos orçamentos militares anuais, com suas variações em função de percepções ou ameaças de crises e de possíveis guerras. Em caso de conflito efetivo, não havia como financiá-lo pela via orçamentária, e os empréstimos compulsórios, as emissões patrióticas ou o simples inflacionismo eram recursos abertos aos estadistas e seus assessores financeiros. O custo, entretanto, não pode ser computado apenas pelos gastos efetivos nas frentes de combate, e sim em função do impacto total efetivo sobre a economia do país e sua sociedade. Até o século XX não se tinha tido um conflito tão destrutivo quanto a Grande Guerra. “Em sua raiz”, escreveu um estudioso da obra dos dois maiores economistas do século XX, “a luta entre os poderes centrais da Alemanha e da Áustria e os aliados, compreendendo Grã-Bretanha, França e Rússia, e oportunamente os Estados Unidos, estava concentrada em territórios e o comércio mundial” (Wapshott, 2011: 4).

“A guerra, em si, representou uma importante revolução econômica” (Feinstein-Temin-Toniolo, 2008: 21). Antes da Grande Guerra, a participação dos Estados na vida econômica era bastante limitada, situando-se abaixo de 15% do PIB. O aspecto revolucionário da guerra foi o rápido deslocamento da produção para o consumo para a produção de armas, munições e equipamentos. Os custos medidos das duas grandes guerras globais do século XX, nas quais estiveram envolvidas as grandes potências para as quais dados fiáveis estão disponíveis, cresceram exponencialmente, em termos de *apropriação* dos respectivos produtos nacionais, indo de um terço à metade do PIB na Grande Guerra (para a Alemanha, em 1917), até praticamente de dois terços (Japão e Alemanha, por exemplo) a três quartos do PIB (URSS em 1943) dos beligerantes nos momentos de maior concentração nas despesas militares. As duas tabelas abaixo reproduzidas consolidam os resultados obtidos em fontes diversas.

Despesas militares em % do PIB			
1ª. Guerra Mundial			
	Grã-Bretanha	Alemanha	EUA
1913	4	-	1
1914	9	14	1
1915	34	41	1
1916	38	35	1
1917	38	53	6
1918	32	32	13
1919	13	-	9
1920	4	-	3

Fonte: Feinstein-Temin-Toniolo (2008: 22).

Despesas militares em % do PIB					
2ª. Guerra Mundial					
	G.B.	EUA	URSS	Alemanha	Japão
1938	7	-	9 *	17	-
1939	16	2	-	25	-
1940	49	2	21	44	17
1941	55	12	-	56	25
1942	54	34	75	69	36
1943	57	44	76	76	47
1944	56	45	69	-	64
1945	47	38	-	-	-
1946	19	10	-	-	-
1947	11	5	-	-	-
1948	8	5	18	-	-
1949	8	6	17	-	-

Fonte: Feinstein-Temin-Toniolo (2008: 22); * = 1937.

Registre-se que, durante a segunda guerra mundial, a URSS recebeu, dos aliados ocidentais, e sobretudo dos EUA, volumes significativos de re-

cursos militares diretos (equipamentos e munições), bem como quantidades apreciáveis de suprimentos de diversos tipos, aportes que foram decisivos no auge da contenção da avassaladora invasão nazista.

As *consequências econômicas* da guerra se estenderam ao controle direto das fontes de suprimentos e de insumos dirigidos ao conflito, mas igualmente em função do funcionamento adequado do processo produtivo, bem como dos circuitos de comércio e finanças. Em condições normais, a interrupção dos intercâmbios comerciais e financeiros poderia ter estancado a guerra iniciada em agosto de 1914 ao cabo de poucos meses, talvez já no outono, pela falta completa de meios para empreendê-la, quando os bancos ficassem sem moeda e os estoques de materiais de guerra se esgotassem.

Ambos [os processos] foram superados por uma decisiva intervenção estatal. Os bancos centrais tomaram conta dos mercados de capitais de Nova York, Londres, Paris e Berlim. Importações e exportações passaram a ser estritamente controlados. Matérias primas básicas e alimentos foram racionados. Longe de limitar os combates, a mobilização industrial e a inovação tecnológica atuaram como volantes para a guerra (Tooze, 2014: 199).

Aviação, tanques e artilharia foram decisivos na vitória aliada contra a Alemanha, cuja capacidade industrial não podia competir com a máquina de guerra combinada da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos.

No final da Grande Guerra, por exemplo, o governo britânico, que se tinha inspirado para isso no *Gabinete de Material de Guerra*, criado pela Alemanha imperial, controlava diretamente mais de 200 fábricas industriais. Tal intervencionismo reverteu, obviamente, uma vez terminada a guerra, embora no caso da Segunda Guerra o final do conflito representou, justamente, a nacionalização de diversas indústrias *estratégicas*, inclusive algumas automobilísticas, consoante a nova ideologia social-democrática, e também o desejo dos novos keynesianos no poder de manter um controle direto sobre os grandes empregadores de mão-de-obra. No tocante à Grande Guerra, é possível que, se ela se prolongasse além de 1918, a Grã-Bretanha e a França se encontrassem, em 1919, economicamente esgotadas, e aqui o poderio industrial americano fez a diferença.

A Grande Guerra, como a chamaram os historiadores do entre-guerras, atingiu uma escala sem precedentes para todas as gerações que nela foram envolvidas: 10 milhões de soldados mortos, mais de 3 milhões de solda-

dos feridos, mutilados ou inválidos, mais de 10 milhões de civis mortos (por bombardeios, massacres, fome, epidemias), cidades e povoações arrasadas, destruição de fábricas, usinas, pontes, estradas de ferro, documentos, obras de arte, ruína dos campos, enfim, desorganização da indústria e da economia agrária. As perdas, ou os custos propriamente econômicos são muito difíceis de calcular, embora estimativas feitas alguns anos depois – seguindo outras metodologias que não aquelas usadas pela comissão de reparações do tratado de Versalhes, essencialmente punitivas contra a Alemanha – tenham chegado a um valor total aproximado de 80,6 bilhões de dólares ouro de 1913, montante que foi equiparado a uma soma superior à das riquezas totais da Grã-Bretanha em 1914, não apenas o valor agregado, mas a soma de todas as propriedades e ativos do reino (Fisk: 1924: 1-2).

A Enquanto o primeiro ascendeu apenas a 4,5 bilhões de marcos, o segundo dobrou esse montante e nenhuma emissão posterior foi inferior a 10 bilhões de marcos. O maior empréstimo foi efetuado em março de 1918, o mês da ofensiva de primavera da Alemanha. Ele levantou perto de 15 bilhões de marcos. No total, uma soma de quase 100 bilhões de marcos foi obtida (Kwarteng, 2014: 100-101).

A maneira preferida por quase todos os países para financiar todos os gastos e obrigações foi a impressão de papel moeda não conversível. Outros mecanismos também foram utilizados. A Grã-Bretanha, por exemplo, que podia contar com os recursos combinados de seu vasto império, usou e abusou dessa faculdade: poucos dias depois do início da Grande Guerra,

Londres decretou o monopólio sobre a produção de ouro das minas sul-africanas, estabelecendo um preço oficial artificialmente baixo e extorquindo taxas exorbitantes para frete e seguro. Bancos sul-africanos tentando vender ouro diretamente aos EUA a preços mais altos de mercado foram submetidos a sanções e a uma campanha de propaganda vilíssima denunciando-os por colaboração com o inimigo (Tooze, 214: 209).

Da mesma forma, a moeda da Índia foi desvinculada da prata, sob promessa de que os títulos emitidos pela colônia no mercado londrino seriam garantidos em ouro ao final da guerra, o que poderia provocar uma grande perda em caso de desvalorização no momento do resgate (idem, p. 210).

Desde o início, Keynes publicava artigos no *Morning Post* sobre a economia da guerra: num artigo chamado *Currency Measures Abroad*, já no dia 11 de agosto, ele observou que a Alemanha, a França e a Rússia não tinham seguido o exemplo da Grã-Bretanha, ao manter a obrigação de con-

versão de todas as notas em ouro (que estava proibida apenas para as transações externas). Em outubro de 1914, Keynes registrou que o governo alemão estava emitindo “vastos montantes de papel moeda inconversível” (Kwarteng, 2014: 98). No conjunto, as emissões se multiplicaram, como informa o mesmo historiador:

[n]o dia 23 de julho de 1914, uma semana antes da guerra começar, havia cerca de 2 bilhões de marcos em circulação. Pouco antes do final da guerra, em 7 de novembro de 1918, a circulação tinha atingido quase 27,5 bilhões de marcos. No final de dezembro de 1919, o montante tinha alcançado 49,6 bilhões, vinte e quatro vezes a soma do início da guerra (idem, p. 101).

A Grã-Bretanha tinha a vantagem sobre os demais países de poder recorrer a empréstimos externos: 75% dos recursos vinham dos EUA, o que deu um impulso notável ao sistema financeiro deste último, sem mencionar sua indústria de armamentos e as exportações para todos os parceiros da Europa, que tinham ficando repentinamente sem os seus fornecedores europeus. Outros aliados também recorreram a empréstimos no mercado de capitais bancário de Nova York, o que, junto com as operações conduzidas internamente, aumentou enormemente as dívidas nacionais ao final do conflito. Uma avaliação da situação econômica dos principais países engajados na Grande Guerra, preparada por técnicos antes dos acordos de Versalhes, resumiu a situação de cada um dos beligerantes em dezembro de 1918. Todos esses valores das contas nacionais e dos orçamentos públicos seriam ainda substancialmente alterados, no período posterior à guerra, e, nos anos subsequentes, não apenas pelos desequilíbrios acarretados pela guerra, em si, mas também pelas políticas de ajuste ou deliberadamente inflacionárias que vários governos praticaram, numa situação de baixa poupança, de déficits comerciais e de transações correntes (menos para os EUA), e de impossibilidade prática de taxar ainda mais os cidadãos para novamente equilibrar as contas públicas. As dívidas nacionais dos aliados europeus cresceram entre 4 (França e Itália) e 11 vezes (Grã-Bretanha), enquanto a da Alemanha se expandia mais de 33 vezes. Mesmo com um crescimento significativo (23 vezes) no caso dos EUA, o país exibiu uma taxa de poupança que era o dobro da Alemanha e da Grã-Bretanha no período anterior à Grande Guerra, e quatro vezes maior do que a França (Tooze, 2014: 249).

A nova hierarquia do poder financeiro, 1918 (US\$ bilhões)					
	Alemanha	G.B.	França	Itália	EUA
Riqueza total, pré-guerra	75,0	75,0	60,0	20,0	250,0
Renda anual, pré-guerra	10,0	11,0	7,0	3,0	40,0
Dívida pública, pré-guerra	1,2	3,5	6,6	2,9	1,0
Dívida pública, pós-guerra	40,0	40,0	28,0	12,0	23,0
Juros sobre dívida, pós-guerra	2,0	2,0	1,4	0,6	1,0
Renda de impostos	1,9	4,0	1,5	0,9	4,0
Fonte: Tooze (2014: 249).					

Quase todos os países apelaram para as emissões, o que obviamente deu início a um processo inflacionário que se estendeu praticamente até o final da guerra seguinte. Só no ano de 1922, a inflação na Alemanha foi de mais 14.600%, e o custo de vida, em 1923, acusava um índice 15 trilhões em relação a 1914 (Feinstein-Temin-Toniolo, 2008: 38). O historiador econômico Adam Tooze tabulou o grande deslocamento de preços trazido pela Grande Guerra, em termos de índices para os preços por atacado.

Inflação acarretada pela Grande Guerra, 1914-1921 (Índice de preços por atacado, 1913 = 100)					
	1914	1916	1918	1920	1921
França	102	189	340	510	346
Itália	95	201	409	624	578
Alemanha	106	153	217	1.486	1.911
Grã-Bretanha	99	161	225	283	181
Estados Unidos	97	128	203	197	123
Japão	96	117	196	258	201
Fonte: Tooze (2014: 213-14).					

Enquanto a maior parte dos países conseguiu debelar, parcialmente, a grande alta de preços ocorrida até o final da guerra, nenhum deles superou a Alemanha em matéria de aceleração inflacionária. No final da guerra, havia cinco vezes mais marcos em circulação do que em 1913, mas como se ignorava ainda o impacto do conflito sobre a economia alemã, e se acreditava que ela pudesse se recuperar rapidamente, o câmbio ainda não tinha sofrido muito, com um desvalorização de apenas 50% no final de 1918, sobre seu valor anterior à guerra. Mas, a sucessão de déficits, e os desastres trazidos pelos duros termos dos acordos econômicos de Versalhes, computados depois por uma Comissão de Reparações que apresentou

uma primeira fatura em 1921, começaram a arrastar o Reichsmark para o abismo. Em 1922, um dólar, que normalmente comprava 4,2 marcos, já adquiria 7.000. Com a ocupação do Ruhr pela França, em 1923, seu valor deslizou para incríveis 160.000 no começo de julho, e para inacreditável um milhão no final desse mês. No final desse ano, o governo da República de Weimar devia ao Reichsbank a enorme soma de 190 quinquilhões de marcos (Langsam, 1943: 412). A emissão de uma nova moeda, no final desse ano, o Rentenmark, se fez ao câmbio de um para um trilhão da moeda papel em circulação (idem: 414).

Outros países não chegaram a esse tipo de paroxismo financeiro, mas toda a primeira metade do século XX representou uma aceleração anormal do ritmo da inflação, inteiramente devida aos déficits governamentais em quase todos os países. Como resume um economista:

Entre 1913 e 1950, a inflação na França excedeu 13% ao ano (ou seja, os preços subiram por um fator de 100); a inflação na Alemanha foi de 17% ao ano (os preços ascenderam por um fator superior a 300). Na Grã-Bretanha e nos EUA, que sofreram menos danos e menos desestabilização política nas duas guerras, a taxa de inflação foi significativamente menor: apenas 3% ao ano no período 1913-1950 (Piketty, 2014: 107).

6. IMPACTO SOBRE AS POLÍTICAS ECONÔMICAS

As consequências mais importantes da guerra de 1914-1918 se localizaram, porém, na condução das políticas econômicas nacionais, na forma como os governos passaram a se relacionar com a economia. Com efeito, a guerra de 1914-18 alterou radicalmente, e de forma permanente, não só os fundamentos da economia mundial, mas também as interfaces mantidas pelos Estados com os respectivos sistemas econômicos nacionais. Pode-se dizer que o grau de intervenção dos governos na economia, implementado para fins imediatos de mobilização dos recursos nacionais para fins bélicos, jamais retrocedeu plenamente no pós-guerra, tendo, ao contrário, crescido regularmente desde então. A participação dos governos no valor agregado da produção nacional, tipicamente abaixo de 5% do PIB antes da guerra, começou a expandir-se a partir de então, avançou sobre áreas cada vez mais importantes de interesse coletivo – já que, mesmo serviços *públicos*, como energia, transportes e comunicações, eram fornecidos por provedores privados – e jamais cessou de crescer nas décadas posteriores. O *socialismo de guerra* tornou-se um traço típico das principais economias capitalistas

da Europa ocidental e em outros continentes, criando as bases conceituais para os regimes coletivistas que se estabeleceriam no entre-guerras.

A guerra tinha provocado enormes deslocamentos de capitais e de trabalhadores, o que tornou difíceis os ajustes posteriores em direção a uma situação de normalidade. O ambiente econômico se tornou mais rígido, as estruturas financeiras mais frágeis, as dívidas governamentais aumentaram enormemente ao final da guerra, já que os custos diretos do esforço militar correspondiam a cinco vezes o nível das dívidas públicas em 1914. Mesmo os aumentos de impostos não foram suficientes para cobrir esses custos, e os governos continuaram recorrendo a emissões sem lastro.

O padrão ouro clássico se esfacelou, para nunca mais voltar, e as tentativas posteriores para restabelecê-lo foram paliativos de curta duração. As conferências de paz de 1919 e nos anos seguintes acabaram com a paz entre os aliados, dando início a uma animosidade econômica cada vez mais evidente. Keynes, que abandonou a delegação do Tesouro para protestar contra o regime de reparações impostas à Alemanha – considerando-as economicamente irracionais e politicamente equivocadas – voltou a Londres para escrever seu *panfleto* sobre as consequências econômicas da paz, o que lhe granjeou fama imediata (Feinstein-Temin-Toniolo, 2008: 37).

Por uma vez, seu papel de profeta foi confirmado pela história, ainda que vinte anos depois. Tendo aprendido as lições da primeira, os estadistas das nações vencedoras ao final da Segunda Guerra Mundial – entre eles o próprio Keynes, chefe da delegação britânica à conferência de Bretton Woods e conselheiro econômico do governo no imediato pós-guerra – não procederiam da mesma forma, ainda que as destruições causadas pela guerra, tanto nos teatros europeus, quanto nos asiáticos, tenham sido incomensuravelmente maiores.

NOTA

1. Usando a metodologia adotada em <http://www.measuringworth.com>.

OS IMPERIALISMOS EUROPEUS E O IMPACTO ECONÔMICO DAS GUERRAS GLOBAIS DO SÉCULO XX

RESUMO

Ensaio de caráter histórico e analítico sobre os custos econômicos das guerras globais do século XX, a partir dos conflitos provocados pelos imperialismos europeus e pelo militarismo japonês. Depois de breve síntese sobre a ascensão das principais potências europeias à preeminência mundial, são apresentados alguns dados relativos aos orçamentos militares e os próprios custos das duas guerras mundiais, que provocaram severos processos inflacionários e o fim da dominação hegemônica da Europa sobre o resto do mundo.

Palavras-chave: guerras globais; impacto econômico; imperialismos europeus; poder militar.

ABSTRACT

Historical essay analyzing the economic impact of the global wars of the 20th century, as provoked by the European imperialisms and Japanese militarism. After a short presentation about the emergence and world preeminence of the main European powers, some data on the military budget and the economic costs of the two global conflicts of the 20th century are assembled, stressing their inflationary devastating effects and their ultimate impact, in terms of the end of European hegemonic domination over the rest of the world.

Keywords: global wars; economic impact; European imperialisms; military power.

REFERÊNCIAS

Embree, Ainslee (1998). "Imperialism and Decolonization", In: Bulliet, Richard W. (ed.), *The Columbia History of the 20th Century*. Nova York: Columbia University Press, p. 147-171.

Feinstein, Charles A.; Temin, Peter; Toniolo, Gianni (2008). *The World Economy Between the Wars*. Nova York: Oxford University Press.

Fisk, Harvey E. (1924). *Inter-War Allied Debts: An Analysis of War and Post-War Public Finance, 1914-1923*. Nova York-Paris: Bankers Trust Company; disponível: https://fraser.stlouisfed.org/docs/publications/books/intallydebt_fisk_1924.pdf.

Gauthier, André (1995). *L'Économie Mondiale depuis la fin du XIXe siècle*. Paris: Bréal.

Hale, Oron J. (1971). *The Great Illusion, 1900-1914*. Nova York: Harper & Row.

Iriye, Akira (1998). "The International Order", In: Buliet, Richard W. (ed.), *The Columbia History of the 20th Century*. Nova York: Columbia University Press, p. 229-247.

Kwarteng, Kwasi (2014). *War and Gold: A 500-Year History of Empires, Adventurers, and Debt*. Nova York: Public Affairs.

Langer, William L. (1972). *The Diplomacy of Imperialism, 1890-1902*. 2a. ed.: Nova York: Alfred A. Knopf (ed. orig.: 1935).

Marseille, Jacques (1984). *Empire Colonial et Capitalisme Français: histoire d'un divorce*. Paris: Albin Michel.

Mayer, Arno J. (1981). *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. Nova York: Pantheon.

Piketty, Thomas (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.

Tooze, J. Adam (2014). *The Deluge: The Great War; America and the Remaking of Global Order, 1916-1931*. Nova York: Viking Penguin.

Recebido em: 22/01/2015. Aprovado em: 10/06/2015.